Biomassa

FUTURO DE INCERTEZAS

A EMPRESA de Pesquisa Energética (EPE) publicou, em junho último, os resultados definitivos do "Balanço Energético Nacional 2013 – ano base 2012". A sua finalidade é apresentar a contabilização relativa à oferta e ao consumo de energia no Brasil. O levantamento contempla as atividades de extração de recursos energéticos primários, sua conversão em formas secundárias, importação e exportação, a distribuição e o uso final da energia.

Fruto de extensa pesquisa, o documento constitui uma base de dados ampla e sistematizada, atualizada em ciclos anuais. De suma importância para os estudos relacionados ao planejamento energético nacional, o Balanço Energético Nacional (BEN) representa importante instrumento de pesquisa para estudos setoriais. Com estatísticas confiáveis, revela as tendências da oferta e do consumo de energia no Brasil.

Em 2012, a participação de renováveis na matriz energética brasileira manteve-se entre as mais elevadas do mundo, com pequena redução em comparação a 2011, de 44,0% para 42,4%, devido à menor oferta de energia hidráulica e de etanol.

A fonte biomassa – que inclui bagaço/palha de cana, lenha, lixívia e outras biomassas – atingiu uma geração equivalente a um terço do consumo anual residencial no Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2012. Essa produção de bioeletricidade no Brasil, segundo a EPE, foi superior à geração de energia elétrica somada das fontes carvão, nuclear e eólica.

Enquanto a produção total de bioeletricidade cresceu 14% em relação a 2012, a oferta de energia para o sistema elétrico interligado (excluindo o autoconsumo) cresceu 32%, em um ano considerado crítico para a segurança do suprimento energético do País. ■

BRASIL: OFERTA DE ENERGIA (MTEP*)

Fontes	2011	2012
Renováveis	**119,8**	**120,2**
Energia hidráulica e eletricidade	39,9	39,2
Biomassa da cana	42,8	43,6
Lenha e carvão vegetal	26,0	25,7
Outras renováveis	11,1	11,8
Não renováveis	**152,5**	**163,4**
Petróleo	105,2	111,2
Gás natural	27,7	32,6
Carvão mineral	15,5	15,3
Urânio	4,2	4,3

* Milhões de toneladas equivalentes de petróleo
Fonte: BEN 2013

Cenário de preocupação

A inexistência de uma política setorial clara, estruturante e capaz de estimular o investimento compromete o desempenho da bioeletricidade no País. No último leilão, realizado em 6 de junho, com o baixo preço-teto e a concorrência direta com eólicas, nenhum projeto de biomassa foi vendido.

A única esperança e chance do ano de 2014 será o Governo reconhecer um preço-teto adequado para a biomassa, o que poderá acontecer em setembro próximo. Não existe outra alternativa, já que a geração por meio do bagaço de cana está proibida de participar do leilão de reserva que acontecerá em outubro.

Responsável por mais de 80% da capacidade instalada pela biomassa, o bagaço/a palha de cana materializa as preocupações com o futuro desta fonte na matriz elétrica brasileira, potencializadas com a indefinição também do papel esperado para o etanol na matriz de energia.

A comercialização nos certames regulados é condição essencial para a viabilidade da maioria dos projetos de bioeletricidade. Nenhuma cadeia produtiva intensiva em bens de capital consegue sobreviver com uma política de *stop and go*, como o modelo atual. É necessário estabelecer condições para que a bioeletricidade seja tratada como prioridade no planejamento elétrico brasileiro e o investimento seja estimulado novamente de forma consolidada e contínua.

Em agosto do ano passado, a bioeletricidade ofertada bateu recorde histórico. Esse índice representou 10% da carga de energia do submercado elétrico Sudeste/Centro-Oeste, justamente quando a energia armazenada em seus reservatórios apresentou o pior valor para aquele mês desde o ano de 2001. Responsável por mais de 60% do consumo brasileiro, o submercado Sudeste/Centro-Oeste é o principal submercado do País.

Causa preocupação o futuro da biomassa na matriz elétrica brasileira. Até 2022, somente a biomassa da cana gerará algo como 22 GW médios, quase cinco vezes a garantia física da usina Belo Monte, ou duas usinas de Itaipu. A preocupação reside na dificuldade de negociação de novos projetos nos leilões regulados promovidos pelo governo federal, considerados ainda a principal porta de entrada da bioeletricidade no setor elétrico nacional.

Zilmar de Souza, gerente de bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)